

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO

CONCORRÊNCIA 07/18

Às 10 horas, do dia 15/05/18, nas dependências da Prefeitura Municipal de Candelária, reuniu-se a Comissão Especial para Julgamento de Concorrências de Registro de Preços, designada pela Portaria nº 1126/17 de 20/12/17, do Senhor Prefeito Municipal, composta pelos seguintes membros:

CLEBER VARGAS MACHADO	Presidente
CARLA DENISE STEINHAUS	Membro
DAIANA BOIJINK	Membro
LIRIA MARIA REIS	Membro
PATRÍCIA SCHÄFER	Membro
MARISOL IRACEMABESKOW SCHNEIDER	Membro
ELAINE SUELI ECKEL	Membro
TALES LUIZ HEINZE MACHADO	Membro

Atuaram nesta reunião o presidente CLEBER VARGAS MACHADO e os membros ELAINE SUELI ECKEL e CARLA DENISE STEINHAUS, para proceder ao julgamento do recurso interposto pela empresa ELETRO-STAR E REPRESENTAÇÕES LTDA, contra a sua inabilitação, não houve contrarrazões.

Analisado as razões do recurso, conclui-se conforme o que segue:

Na peça recursal, a recorrente requer a revisão da decisão inicial e sua habilitação para continuar no certame, informando que não precisaria atender a exigência do item 3.1.2 “b”, do Edital.

“3.1.2 REGULARIDADE FISCAL:

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;”

Alega não precisar atender o referido item com base no Art. 29, inciso II da Lei 8.666/93, que diz que o Município poderá exigir prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal “*se houver*” e que no caso da empresa recorrente não há

exigência do mesmo, por se tratar de empresa somente de comércio e não prestação de serviços, assim não estaria sujeita a inscrição do cadastro de contribuintes de ISSQN.

Ocorre que não se exigiu a inscrição junto ao cadastro de ISSQN do Município da sede do licitante e sim prova no cadastro de contribuintes do Município como contribuinte cadastrado e com licença para exercer sua atividade.

Qualquer empresa, seja prestadora de serviços ou não, deve possuir licença da Administração Municipal para exercer sua atividade, pois os Municípios são responsáveis pela ordenação urbana e em razão do seu poder de polícia cobram taxas para conceder estas licenças. Daí a exigência de inscrição no cadastro de contribuintes do município.

Desta forma, resta claro que a empresa não cumpriu o item 3.1.2 “b” do edital, e o recurso deve ser INDEFERIDO, mantendo-se a inabilitação da empresa ELETRO-STAR E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Ao Senhor Prefeito para decisão final. Fica marcada a abertura dos envelopes contendo as propostas para o dia 17/05/2018, as 9:30hs. Nada mais havendo a tratar, após lida e assinada resta encerrada a presente ata, que está sendo postada no site oficial do Município de Candelária na data de hoje.